Texto compilado a partir da redação dada pela Portaria n. 96/2022, pela Portaria n. 140/2023, pela Portaria n. 49/2024, pela Portaria n. 89/2024, pela Portaria n. 175/2024, pela Portaria n. 175/2024, pela Portaria n. 259/2024, pela Portaria n. 304/2024, pela Portaria n. 347/2024, pela Portaria n. 370/2024, pela Portaria n. 263/2025 e pela Portaria n. 299/2025.

PORTARIA № 220, DE 23 DE JUNHO DE 2022.

Designa os integrantes do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (FONAREF).

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os integrantes do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (FONAREF), em caráter nacional e permanente, com a atribuição de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento da gestão de processos de recuperação empresarial e falências, instituído pela Resolução CNJ nº 466/2022.

Art. 2º Compõem o FONAREF:

- I Mauro Luiz Campbell Marques, Ministro do Superior Tribunal de
 Justiça, que o presidirá; (redação dada pela Portaria n. 304, de 16.9.2024)
- II Rodrigo Badaró Almeida de Castro, Conselheiro do CNJ, que atuará como vice-presidente; (redação dada pela Portaria n. 299, de 19.9.2025)
- III Paulo Dias de Moura Ribeiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que atuará no exercício da Presidência, nas delegações do Presidente; (redação dada pela Portaria n. 347, de 8.10.2024)
- IV Alexandre de Souza Agra Belmonte, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;

- V Mônica Maria Costa Di Piero, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- VI Agostinho Teixeira de Almeida Filho, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- VII José Roberto Coutinho de Arruda, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- VIII Marcelo Fortes Barbosa Filho, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- IX Alexandre Alves Lazzarini, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- X Clarissa Somesom Tauk, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- XI Daniel Carnio Costa, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- XII Giovana Farenzena, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
- XIII Anglisey Solivan de Oliveira, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso;
 - XIV Luiz Roberto Ayoub, Advogado;
 - XV Flávio Antônio Esteves Galdino, Advogado;
- XVI Oreste Nestor de Souza Laspro, Advogado; <u>(redação dada pela</u> Portaria n. 140, de 22.5.2023)
 - XVII Paulo Penalva Santos, Advogado;
 - XVIII Samantha Mendes Longo, Advogada;
 - XIX Bruno Galvão Souza Pinto de Rezende, Advogado;
 - XX Luiz Fernando Valente de Paiva, Advogado;
 - XXI Juliana Bumachar, Advogada;
 - XXII Victória Vaccari Villela Boacnin, Advogada;
 - XXIII Geraldo Fonseca de Barros Neto, Advogado;
 - XXIV Henrique de Almeida Ávila, Advogado;
 - XXV Arnoldo de Paula Wald, Advogado;
- XXVI Luiz Fernando Tomasi Keppen, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. (incluído pela Portaria n. 96, de 12.4.2023)

XXVII – Filipe Aguiar de Barros, Procurador da Fazenda Nacional; (incluído pela Portaria n. 140, de 22.5.2023)

XXVIII – Luciano Araújo Tavares, Advogado; <u>(incluído pela Portaria n.</u> 140, de 22.5.2023)

XXIX – Amanda Pimenta Leão, Contadora. <u>(incluído pela Portaria n. 140, de 22.5.2023)</u>

XXX – Cláudio Mascarenhas Brandão, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; (incluído pela Portaria n. 49, de 5.2.2024)

XXXI – Homero Batista Mateus da Silva, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região; (incluído pela Portaria n. 49, de 5.2.2024)

XXXII – Flávio Pansieri, Advogado; <u>(incluído pela Portaria n. 89, de</u> 5.3.2024)

XXXIII – Ronaldo Vieira Francisco, Promotor de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. (incluído pela Portaria n. 166, de 13.5.2024)

XXXIV – Ulisses Taveira, Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 23 Região; (incluído pela Portaria n. 304, de 16.9.2024)

XXXV – Pedro Freitas Teixeira, Advogado. (incluído pela Portaria n. 370, de 18.10.2024)

XXXVI – Rodrigo Badaró Almeida de Castro, Conselheiro do CNJ. (incluído pela Portaria n. 263, de 26.8.2025)

§ 1° - (revogado pela Portaria n. 259, de 15.8.2024)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro LUIZ FUX